IFE Informativos Eletrônicos do Setor Elétrico
ISSN 1678-6130
GESEL Grupo de Estudos do Setor Elétrico UFRJ

A MP 1.300/2025 tem 21 dias para ser votada antes de caducar em 17 de setembro[1]

Alexandre Marques[2]

A proposta representa a maior reforma do setor elétrico em décadas: abre o mercado livre para baixa tensão, cria uma nova tarifa social e altera mecanismos de financiamento. Se aprovada, pode impactar cerca de 90 milhões de unidades consumidoras e gerar até R$ 20 bilhões de economia por ano.

Consumidores residenciais e comerciais poderiam economizar até 16% migrando ao mercado livre; quem permanecer no ambiente regulado também poderia ver reduções próximas a 5%. A MP recebeu 600 emendas, cerca de 150 consideradas relevantes, e terá como relator o ex-ministro Fernando Coelho Filho, figura técnica e com trânsito no setor. No entanto, a comissão mista responsável pela análise ainda não foi instalada, o que coloca a tramitação em risco diante do prazo apertado.

O Congresso está concentrado em outras pautas, inclusive um julgamento que começa em 2 de setembro, e o atual governo tem histórico recente de baixa taxa de conversão de medidas provisórias em lei. Esse contexto político reduz as chances de aprovar uma proposta complexa que exige articulação intensa e consensos técnicos e regionais. Se a MP caducar, o país volta ao status quo: mercado livre restrito a grandes consumidores, tarifas sociais com distorções regionais, regras e incentivos ainda enraizados em modelos dos anos 1990, e perda imediata dos ganhos estimados. A possibilidade de tornar 75% do mercado livre até 2038 seria adiada; os R$ 20 bilhões anuais de economia simplesmente evaporariam. Além disso, perde-se uma janela de oportunidade criada por fatores técnicos e contratuais: diversas distribuidoras têm contratos antigos vencendo, há movimentações sobre a forma de remuneração das hidrelétricas e térmicas antigas tendem a sair do sistema, conjuntura que favorece uma transição planejada.

---

[1] Artigo publicado pela Agência CanalEnergia. Disponível em: https://www.canalenergia.com.br/artigos/53321113/a-mp-1-300-2025-tem-22-dias-para-ser-votada-antes-de-caducar-em-17-de-setembro Acesso em: 26.08.2025

[2] Alexandre Marques é engenheiro eletricista, conselheiro formado pelo IEL e especialista em Negócios do Setor Elétrico com MBA pela FGV. Com mais de 15 anos de experiência, atuou em posições estratégicas em grandes empresas, liderando operações de alta complexidade com centenas de colaboradores e contratos multimilionários. Sua trajetória é marcada por projetos premiados, excelência em gestão de segurança, eficiência operacional e reequilíbrio contratual. É reconhecido como uma referência em liderança, inovação e governança no setor elétrico.

Reabrir essa janela no futuro custaria muito mais: novos leilões, renegociação de contratos e oneração adicional para consumidores. Do ponto de vista setorial, a modernização tende a beneficiar pequenos e médios consumidores se regras de acesso e preços forem bem desenhadas; sem isso, o mercado livre continuará favorecendo principalmente grandes players. Este episódio revela uma fragilidade política: medidas técnicas dependem de capacidade de articulação para saírem do papel.

A MP 1.300 não é apenas técnica: é uma decisão política com implicações econômicas e sociais amplas. Nos próximos dias saberemos se haverá vontade política para aprovar mudanças que podem reduzir custos e modernizar o setor ou se optaremos por adiar essa transição, transferindo o ônus aos consumidores e postergando investimentos essenciais. A omissão terá custo político e financeiro: eleitores, consumidores e empresas pagarão a conta. Se a MP caducar ficará claro que faltou articulação, não argumento técnico. Hora de cobrar deputados e senadores, exigir transparência do debate e responsabilidade política sobre o futuro energético do país. Urgência já!!